EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 03/2022

TIPO: MAIOR QUANTIDADE (PONTUAÇÃO)

DATA: 26/04/2022 09 HORAS

CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO DE PUBLICIDADE EM TROCA DE FORNECIMENTO E MANUTENÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE RUAS, AVENIDAS BAIROS E PARADAS DE ÔNIBUS, DO MUNICÍPIO DE TAPEJARA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às **09 horas**, do dia **26 do mês de abril do ano de 2022**, na sala de reuniões da sala de Licitações, se reunirá a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 28/2022 com a finalidade de receber e proceder à abertura dos envelopes de documentação e proposta das empresas interessadas em participar deste certame na modalidade **CONCORRÊNCIA** de número 03/2022, tipo de licitação “**MAIOR QUANTIDADE (PONTUAÇÃO)**”, objetivando a **CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO DE PUBLICIDADE EM TROCA DE FORNECIMENTO E MANUTENÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE RUAS, AVENIDAS, BAIROS E PARADAS DE ÔNIBUS**, nesta cidade de Tapejara-RS.

1. OBJETO

1.1 Constitui objeto da presente licitação a **CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO DE PUBLICIDADE EM TROCA DE FORNECIMENTO E**

MANUTENÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE RUAS, AVENIDAS, BAIROS E PARADOUROS DE ÔNIBUS.

1.1.1 Constitui-se objeto da presente licitação a seleção de pessoas jurídicas para concessão de serviço público para exploração de publicidade do espaço público nas placas de indicação de ruas, avenidas e bairros e abrigos de ônibus, em troca de fornecimento, instalação, manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos de identificação.

1.1.2 A remuneração dos serviços objeto dessa concessão se dará única e exclusivamente através da exploração publicitária em espaço disponível no mobiliário urbano que compreende o conjunto de placas de identificação de logradouros públicos, nos termos, especificações e quantidades constantes nesse Edital bem como seus anexos, sem ônus para o Município.

1.1.3 A implantação das placas indicativas e abrigos de ônibus não poderá gerar ônus ao Município, sendo incorporadas ao patrimônio público ao final dos contratos.

1.2 DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

1.2.1 - As placas a serem instaladas obedecerão ao Anexo I constante dos autos do Processo, com as seguintes especificações;

1.2.2 - Fica estimada para esse Processo a quantidade mínima de 50 (cinquenta) conjuntos de mobiliário urbano formado por 01 (um) poste, 02 (duas) placas de identificação de logradouro e 01 (uma) placa publicitária, conforme Anexo I, devendo a empresa apresentar número maior de instalação, de acordo com as necessidades do Poder Concedente;

1.2.3 - Cada conjunto será suportado por um único poste de ferro galvanizado a fogo, 2,50m de altura livre do chão, e 50cm no chão preenchidos com concreto base de 50cm de circunferência, o poste tem 2 polegadas de largura, com parede de 1,55 mm galvanizado, fixada em perfeito prumo através da sapata de concreto feito no local, devendo o local da fundação ter seu pavimento recomposto, inclusive com revestimento, se houver;

1.2.4 - Cada conjunto será composto por duas placas indicativas, sendo que cada placa deverá conter informações do logradouro correspondente em suas duas faces, conforme Anexo I;

1.2.5 - As placas indicativas de nome de vias e logradouros obedecerão ao modelo previsto no Anexo I, sendo confeccionadas em chapa de aço galvanizada na espessura de 16 mm, com a medida de 25 x 50 cm, devendo as legendas, símbolos e tarjas serem

confeccionadas em película adesiva (3m de impressão digital, frente e verso);

1.2.6 - Cada conjunto poderá receber até uma placa de publicidade e as mesmas serão confeccionadas em chapa de aço galvanizado a fogo na espessura de 16mm, com a medida padrão de 50 x 60cm, conforme Anexo I;

1.2.7 - Os postes de sustentação das placas a serem instaladas, obedecerão ao limite de 30cm de afastamento do meio-fio, não podendo as mesmas, em hipótese alguma, obstruir passagem de veículos, pedestres e nem a visibilidade relativa às normas de segurança do trânsito;

1.2.8 - Para cada conjunto comercializado com material publicitário, deve ser colocado outro conjunto sem publicidade em endereço especificado pelo Departamento Municipal de Trânsito sem ônus algum a municipalidade;

1.2.9 - Para os Abrigos em novos pontos de Ônibus ou parada antigas com instalação a mais de 10 anos, a empresa vencedora fica autorizada a comercializar a implantação de novo Abrigo seguindo o projeto do Anexo II, em troca de exploração por 5 anos de material adesivo publicitário, se tornando um bem público sem ônus algum a municipalidade;

1.2.10 - Os Abrigos já existentes o qual seguem o modelo novo com placas de vidros, podem ser comercializados os espaços publicitários por 2 anos renovável, o qual a empresa firmará contrato com a investidora publicitária e se responsabiliza pela manutenção com a reposição de vidros quebrados por placas de acrílico 6mm, repintura com tinta de cor platina anti-ferrugem e reparos na estrutura que se fizerem necessários.

1.2.11 - Em todo material adesivo publicitário comercializado deve conter 30% de área para publicidade de programas educacionais do trânsito;

1.3 - DA EXPLORAÇÃO PUBLICITÁRIA:

1.3.1 - A exploração publicitária dos conjuntos de placas e ponto de ônibus, ficará a critério da concessionária, limitados aos espaços conforme determinados nesse Processo, bem como aos demais dispositivos legais e regulamentares aplicáveis à espécie;

1.3.2 - Fica vedada a exploração publicitária qualquer matéria que atenta contra a moral, de pessoas e instituições, de conteúdo político-partidário, além de não ser tolerada qualquer infração à Lei;

1.3.3 - Será de exclusiva responsabilidade da concessionária a locação de espaços nas peças instaladas, ficando o Município isento de quaisquer responsabilidades por indenização aos anunciantes, à concessionária ou a terceiros em caso de extinção da concessão.

1.3.4 - É de responsabilidade da concessionária o conteúdo de toda peça publicitária

divulgada, de modo que cumpra rigorosamente a legislação em vigor, ficando exclusivamente sujeita às penalidades cabíveis nos casos de infração.

1.3.5 - Nos contratos em que a concessionária firmar com os anunciantes, o Município deverá ser isento de qualquer responsabilidade, inclusive no que diz respeito à necessidade de readequação do sistema de nomenclatura urbana.

1.3.6 - Os prazos dos contratos de veiculação publicitária firmados com os anunciantes devem estar circunscritos ao prazo de vigência do Contrato de concessão com o Município.

2. DO PRAZO E DO VALOR DE CONCESSÃO:

2.1. - A concessão de uso de espaços de domínio público para exploração de publicidade com a instalação de placas identificadoras de logradouros públicos do Município de Tapejara, terá vigência por **05 (cinco) anos**, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério das partes.

2.1.1 - A concessão de uso de espaços de domínio público para exploração de publicidade com a instalação de placas identificadoras de logradouros públicos do Município de Tapejara, terá vigência por **05 (cinco) anos**, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério das partes.

2.1.2 - O contrato poderá a qualquer tempo ser aditado para adequações às disposições governamentais aplicáveis à espécie, de acordo com ao art. 65, §1º da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações.

2.1.3 - A licitante vencedora deverá assinar o Contrato dentro de, no máximo **05 (cinco)** dias após a convocação feita pela Prefeitura Municipal de Tapejara, sob pena de multa prevista no sub-item 10.2, deste edital, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei.

Parágrafo Único – Os serviços constantes neste edital poderão ser aumentados ou diminuídos conforme as necessidades da Prefeitura Municipal de Tapejara, dentro dos limites legais permitidos.

3– DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA A PARTICIPAÇÃO:

3.1 - A empresa selecionada receberá concessão para comercializar o espaço publicitário, com exclusividade nos equipamentos objeto deste Edital, obedecidas as especificações contidas no Anexo I e de acordo com as regras do Anexo II.

3.2 - A empresa concessionária assumirá toda a responsabilidade pelos custos decorrentes de implantação, manutenção e limpeza dos equipamentos, não acarretando ônus algum ao Município.

3.3 - Os equipamentos atualmente existentes a serem substituídos, deverão ser depositados pela concessionária em local a ser indicado pelo Município.

3.4 - Os pontos onde serão implantados os conjuntos de placas indicativas deverão obedecer exclusivamente as necessidades do Poder Concedente.

3.5 - Deverá a empresa concessionária, na vigência do contrato, aumentar o número de placas indicativas a serem implantadas, de acordo com as necessidades do Poder Concedente.

3.6 - É de responsabilidade da empresa concessionária o ressarcimento dos danos causados aos bens municipais e/ou a terceiros, na execução e/ou manutenção dos serviços.

3.7 - A empresa concessionária se obriga a disponibilizar um contato, via telefone fixo, no Município de Tapejara/RS e e-mail direto para que os usuários possam solicitar manutenção e reparos no sistema de sinalização urbana, devendo manter atualizados todos os registros.

3.8 - DO CREDENCIAMENTO:

3.8.1 - Cada licitante far-se-á representar por seu titular, mandatário constituído ou pessoa devidamente munida de **CARTA DE CREDENCIAMENTO** (Modelo sugestivo no anexo III) ou procuração.

3.8.2 - A licitante que pretender fazer-se representar por procurador deverá entregar á Comissão, juntamente com os envelopes fechados e/ou lacrados, original ou cópia autenticada de procuração particular, com firma reconhecida em cartório, ou pública, outorgando amplos poderes para o mandatário representar a proponente na licitação, devendo nela constar poderes, inclusive, para acordar, discordar, desistir, apelar, recorrer e renunciar aos recursos relativos a todas as fases do processo licitatório. Quando o representante for titular da empresa, deverá entregar o original ou cópia autenticada do documento que comprove tal condição;

3.8.3 - Ao licitante que não apresentar representante legal, ou ao representante legal que não estiver com os documentos que tratam os itens acima, será impedido de manifestar-se durante a sessão.

3.9 - É vedada a participação de pessoa física nesta licitação.

3.10 - Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação:

3.10.1 - Empresas suspensas do direito de licitar, declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, inclusive Fundações, no nível federal, estadual ou municipal, bem como as que estiverem em regime de concordata ou falência;

3.10.2 - Empresas cujos diretores, responsáveis técnicos ou sócios sejam servidores públicos, funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Prefeitura do

Município de Tapejara. Entende-se por servidor público, aquele que exerce, mesmo que transitoriamente ou sem remuneração, cargo, função ou emprego público;

3.10.3 - Empresas estrangeiras.

4 – DA HABILITAÇÃO:

4.1 - As empresas deverão apresentar os seguintes envelopes;

4.1.1 - ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO;

4.1.2 - ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA;

4.2 - O envelope 01 – Documentação para habilitação deverá ser apresentado fechado e endereçada a:

**AO MUNICÍPIO DE TAPEJARA
EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 03/2022
ENVELOPE N.º 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)
TELEFONE E E-MAIL
E-MAIL PARA NOTIFICAÇÕES**

4.3 - O envelope deverá conter os documentos a seguir relacionados. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, por tabelião ou por servidor, ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial, exceto aqueles que possa ser feita verificação online.

4.3.1 - Será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias para as certidões que não disponhamdo prazo de validade em seu corpo.

4.3.2 Todas as declarações emitidas pela proponente, devem ser firmadas pelo sócio ou titular da empresa ou pelo representante legalmente constituído para tal finalidade, mediante apresentação de procuração com firma reconhecida (original ou fotocópia autenticada).

4.3.3 - Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justodecorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitações (art. 43, § 6º, da Lei Federal 8.666/93).

4.3.4 - A inabilitação de licitante importa na preclusão do direito de participar das fases subseqüentes, restando à Prefeitura Municipal de Tapejara inutilizar os envelopesdas propostas, invioladas, se não procurados no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação do resultado das propostas.

4.4 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

4.4.1 - Declaração de beneficiário da lei complementar 123/2006, se for o caso.

4.4.2 - Ato constitutivo (Estatuto ou Contrato Social) em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresariais. No caso de sociedade por ações deverá o ato constitutivo vir acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores; do mesmo modo, no caso das demais sociedades, em que a eleição dos administradores, por força de disposição contratual, se faz por ato em separado.

4.4.3 - Ao constitutivo (Estatuto ou Contrato Social) no caso de sociedades civis devidamente registrados no Registro Público competente, acompanhada da prova de diretoria em exercício.

4.5 - A empresa deverá apresentar declaração afirmando que tem conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.6 - DOCUMENTAÇÕES DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

4.6.1 - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

4.6.2 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

4.7 - DOCUMENTAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL:

4.7.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

4.7.2 - Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

4.7.3 - Certidão Negativa relativa aos tributos estaduais do Estado em que o licitante tem sua sede.

4.7.4 - Certidão Negativa relativa aos tributos municipais, emitida pela Prefeitura Municipal em que o licitante tem sua sede;

4.7.5 - Certidão Negativa de Débito (CND) emitida pelo INSS;

4.7.6 - Certificado de Regularidade do FGTS emitida pela Caixa Econômica Federal;

4.7.7 - Negativa de Débitos Trabalhista;

4.7.8 - Comprovante que a licitante não sofreu sanções das quais decorra como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública (CEIS), disponível no site <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>.

4.7.9 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

4.8 – DECLARAÇÕES:

4.8.1 - Declaração de inexistência de fatos impeditivos, conforme modelo constante no anexo IV deste edital.

4.8.2 - Declaração da empresa proponente que atende ao inciso V, do artigo 27 da Lei 8.666/93, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, *in verbis*: Proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos, conforme modelo anexo V.

4.9 - A abertura dos envelopes contendo a documentação para Habilitação (envelope nº 01) será realizada em sessão pública a partir das 09 horas, do dia 26/04/2022, no Setor de Licitações da Prefeitura do Município de Tapejara.

4.9.1 - A abertura dos envelopes contendo a proposta de preços (envelope nº 02) poderá ser realizada logo após o resultado da habilitação, desde que a Comissão tenha condições imediatas de julgá-las, e que estejam presentes os prepostos das empresas participantes e que os mesmos concordem com o resultado da habilitação. Caso contrário a Comissão abrirá o prazo de recursos, e depois de decorridos marcará a data para abertura das propostas.

5 - DA PROPOSTA TÉCNICA:

5.1 - O envelope nº 02 – Proposta deverá ser apresentado fechado e endereçado a:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2022
ENVELOPE Nº 02 PROPOSTA
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)
E-MAIL PARA NOTIFICAÇÕES**

5.2 - DA PROPOSTA TÉCNICA - ENVELOPE Nº 02:

5.2.1 - Estarão contidos nesse envelope os seguintes documentos necessários à qualificação técnica:

5.2.2 - Declaração expressa da empresa determinando o número de conjuntos de placas que serão instaladas pela mesma;

5.2.3 - Declaração expressa da empresa determinando o prazo gasto na execução

dos serviços;

5.2.4. - Atestado de Capacidade Técnica da empresa licitante, expedido por Pessoa de Direito Público, informando haver a licitante instalado eficientemente conjuntos de placas, iguais ou similares, em quantidades, características e prazos compatíveis aos objetos do presente Edital;

6 - DA RETIRADA DOS EQUIPAMENTO (Placas e Abrigos de Ônibus)

6.1 - As placas indicativas e abrigos de ônibus, instaladas pela concessionária não poderão, em hipótese alguma, ser retirada, haja vista, que a partir desse momento passarão a integrar o patrimônio do Município.

7 - DO PAGAMENTO:

7.1 - Como forma de pagamento pela exploração dos espaços de domínio público, a concessionária deverá doar ao Município de Tapejara todas as placas de identificação de ruas, avenidas e bairros, lixeiras, guarda corpos e abrigos de ônibus.

7.2 - Todas e quaisquer despesas relativas a comercialização, confecção, pintura, nomenclatura e instalação, ficarão única e exclusivamente a cargo da concessionária, não cabendo à Municipalidade qualquer tipo de ônus.

7.3 - Os impostos, taxas, encargos trabalhistas, seguro, decorrentes da prestação de serviços correrão por conta da concessionária, por todo o período da concessão, inclusive o Imposto Sobre Serviços – ISS, conforme o Código Tributário do Município de Tapejara.

8 - DO JULGAMENTO DAS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA:

8.1 - No julgamento da documentação e da proposta somente poderá manifestar-se a empresa que estiver representada por seu proprietário, diretor ou pessoa devidamente credenciada munida de procuração com poderes expressos para tal.

8.2 - Na data, hora e local, estabelecidos neste edital, reunir-se-ão em sessão pública, a Comissão permanente de Licitações, e os licitantes interessados. Primeiramente serão abertos os envelopes nº 01.

8.3 - O envelope nº 02, será rubricado pela Comissão de Licitações e pelos representantes presentes.

8.4 - Manifestações dos licitantes, quanto a documentação apresentada.

8.5 - Caso a Comissão ache necessário, poderá suspender a reunião para analisar os documentos e julgar a habilitação, marcando para tanto nova data e horário.

8.6 - Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, os envelopes de proposta das licitantes, deverão ser rubricadas pelos membros da Comissão e representantes presentes.

8.7 - A Comissão manterá em seu poder as propostas das empresas inabilitadas, com os envelopes lacrados e rubricados. Após o término do período recursal ou após a desistência em interpor recurso, expressa em ata assinada pelos representantes das licitantes inabilitadas ou assinatura do termo de renúncia, as propostas serão devolvidas.

8.8 – Não havendo licitantes inabilitados, ou se nenhum dos manifestantes manifestar interesse em interpor recurso, será procedida a imediata abertura das propostas das empresas habilitadas, que serão rubricadas pela comissão e pelos representantes presentes.

8.9 - Nas reuniões para recebimento e abertura dos documentos para habilitação e proposta de preços, serão lavradas as atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes presentes, onde serão registradas todas as ocorrências da licitação, tais como, empresas participantes, as propostas apresentadas, as reclamações e impugnações feitas e as demais ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação.

9 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

9.1 - Para julgamento das propostas serão utilizados os seguintes critérios: número de conjuntos de placas a ser instalado, prazo gasto na execução e **atestado de capacidade técnica**.

9.2 - A cada um destes quesitos é atribuída nota num percentual global de 100 (cem) pontos, perfazendo o total possível máximo de 100 (cem) pontos.

9.3 - Declaração expressa da empresa determinando o número de conjuntos de placas que serão instaladas pela mesma:

- a)** mais de 150 (cento e cinquenta) conjuntos – 50 (cinquenta) pontos;
- b)** de 150 (cento e cinquenta) a 100 (cem) conjuntos – 30 (trinta) pontos;
- c)** de 100 (cem) conjuntos a 50 (cinquenta) conjuntos – 20 (vinte) pontos;
- d)** até 50 (cinquenta) conjuntos – 1 (um) pontos.

9.4 - Declaração expressa da empresa determinando o prazo gasto na execução dos serviços:

- a)** em até 90 (noventa) dias – 50 (cinquenta) pontos;
- b)** de 90 (noventa) a 180 (cento e oitenta) – 30 (trinta) pontos;
- c)** mais de 180 (cento e oitenta) dias – 1 (um) pontos.

9.5 – DA CLASSIFICAÇÃO DOS PROPONENTES:

9.5.1 De acordo com os critérios estabelecidos no item anterior, os licitantes serão

classificados por ordem decrescente de pontuação, sendo considerada vencedora a empresa que obter a maior pontuação.

9.5.2 Em caso de empate, os critérios de desempate em ordem decrescente serão:

- a) Maior pontuação no quesito número de conjuntos de placas que serão instaladas.
- b) Maior pontuação no quesito prazo gasto na execução dos serviços.
- c) Sorteio nos termos do § 2º do art. 45 da Lei Federal 8.666/93.

10 - DO CONTRATO:

10.1 - A Administração convocará o adjudicatário da licitação para assinar o Termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, sob pena de decair o seu direito à contratação.

10.2 - Caso a empresa, a qual foi adjudicado o objeto da presente licitação, venha a se recusar em assinar o contrato dentro do prazo estipulado, sujeitar-se-á ao pagamento de uma multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global da proposta, bem como a suspensão do direito de licitar com a Prefeitura do Município de Tapejara pelo período de 02 (dois) anos, além das demais sanções prevista em lei.

10.3 - Na hipótese supra a Prefeitura do Município de Tapejara, poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, ou revogar a licitação (art. 64 e 81 da Lei Federal n. 8.666/93).

11 – DA FISCALIZAÇÃO:

11.1 - A fiscalização dos serviços prestados pela vencedora da presente licitação ficará a cargo do Servidor Delvo Antônio Saretta, CPF nº 635.341.930-91.

11.2 A fiscalização é facultada, intervir, a qualquer momento, desde que constatada ilegalidade no cumprimento deste termo. A intervenção será no sentido de cessar a irregularidade que estiver ocorrendo.

11.3 O desvio de finalidades na utilização do espaço público ou no modo de explorar suas atividades, importará na rescisão imediata do contrato.

12 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA:

12.1 - Prestar informações expressas ou verbais da gestão do serviço, quando e/ou comosolicitado pela Municipalidade;

12.2 - Fornecer todos os materiais, mão de obra e equipamentos necessários as instalações dos conjuntos de placas, às suas expensas;

12.3 - Arcar com todas as contribuições sociais, taxas, encargos, ônus e despesas relativas aos materiais, mão de obra e equipamentos a serem empregados nas instalações;

12.4 - Executar as implantações das unidades, nas quantidades e prazos indicados pela Concessionária vencedora, atendendo com regularidade às autorizações de instalações previstas no Anexo I;

12.5 - Seguir as melhores normas aprovadas ou recomendadas, e as especificações relativas aos materiais, mão de obra e serviços;

12.6 - Respeitar rigorosamente no que se refere a todos os seus empregados e prepostos utilizados nos serviços, por cujos encargos responderá unilateralmente em toda a sua plenitude;

12.7 - Assumir exclusivamente a responsabilidade pelos serviços de implantação das unidades, sub-empregados, como se tivesse executado;

12.8 - Comunicar por escrito à Municipalidade, toda e qualquer anormalidade relacionada com os serviços concedidos;

12.9 - Apresentar a correspondente Anotação de Responsabilidade Técnica – ART expedida pelo CREA ou Relatório de Registro Técnico – RRT expedido pela CAU, quando da execução dos serviços.

13 - DAS PENALIDADES:

13.1 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato acarretará na suspensão da participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos, além da multa prevista no item 10.

14 – PRAZOS DE INSTALAÇÃO:

14.1 - A concessionária deverá instalar todo o número de placas constantes em sua proposta em no máximo 180 (cento e oitenta) dias.

14.2 A Prefeitura poderá prorrogar o prazo estabelecido no subitem anterior, desde que ocorra motivo justificado e a solicitação de prorrogação tenha ocorrido no curso da vigência da convocação.

14.3 A concessionária deverá instalar no prazo estipulado no item 14.1 o número total de placas constantes em sua proposta.

15 – DOS ESCLARECIMENTOS E RECURSOS:

15.1 - Qualquer esclarecimento relacionado com a licitação deverá ser solicitado por escrito e encaminhado à Prefeitura Municipal de Tapejara, aos cuidados da Comissão de

Licitações, os quais somente serão aceitos até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada, para a apresentação dos documentos da habilitação e proposta.

15.2 - Não sendo formulado pedido de esclarecimento até o prazo estabelecido, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação dos documentos de habilitação e proposta, não cabendo às licitantes direito à qualquer reclamação posterior.

15.3 - É admissível recurso em qualquer fase da licitação e das obrigações dela decorrentes, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de intimação do ato, ou seja, lavratura da ata e publicação do resultado.

15.3.1 - Os recursos referentes à habilitação, inabilitação e julgamento das propostas terão efeito suspensivos, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

15.3.2 - As impugnações podem ser protocoladas presencialmente, ou encaminhadas por meio eletrônico, através do seguinte endereço de e-mail: licita1@tapejara.rs.gov.br, ficando sob responsabilidade da impugnante a confirmação de recebimento, que também pode ser realizada através do telefone (54) 3344-4700. As impugnações via e-mail devem conter identificação da empresa e seu representante ou procurador, sendo anexado os documentos comprobatórios de identificação”;

15.3.3 - Após cada fase da licitação, os autos do processo ficam automaticamente com vistas aos interessados pelo prazo legal à interposição de recursos.

16 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

16.1 - A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado ou anulado no todo ou em parte, por ilegalidade, por ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.2 - Este edital obedecerá todo o disposto na Lei federal 8.987/95 e suas respectivas regulamentações bem como a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar nº 17/2006, no que couber.

16.3 - Informações serão prestadas aos interessados no horário das 08 horas às 12 horas e das 13h30min às 17h30min na Prefeitura Municipal de Tapejara, na Rua do Comércio, nº 1468, Centro.

17 – ANEXOS AO EDITAL:

Integram o presente edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

ANEXO I – PROJETO BÁSICO

ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO – REGRAS DE INPLANTAÇÃO E EXPLORAÇÃO COMERCIAL

ANEXO III – MODELO DE DOCUMENTO DE CREDENCIAMENTO ANEXO

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM AS EXIGÊNCIAS DO OBJETO

ANEXO XVIII – DECLARAÇÃO DO NÚMERO DE CONJUNTOS DE PLACAS A SEREM IMPLANTADOS

ANEXO IX – DECLARAÇÃO EXPRESSA DA EMPRESA DETERMINANDO O PRAZO GASTO NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

X – MINUTA CONTRATUAL

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Tapejara para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Tapejara, 23 de março de 2022.

Evanir Wolff
Prefeito Municipal

Este edital se encontra examinado e aprovado por
esta Assessoria Jurídica.

Em ____-____-____.

LEONARDO FRIGERI

OAB/RS 111.697

Procurador Geral do Município